

O DESEMPREGO, SUAS FORMAS E ESTRUTURA

Júlia Fernanda da Silva Zanin¹, Letícia de Paula Januário², Marcelo Micke Doti³

¹ Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial/ julia.zanin@fatec.sp.gov.br

² Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial/ leticia.januario@fatec.sp.gov.br

³ Docente do Curso Superior de Gestão Empresarial/ marcelo.doti@fatec.sp.gov.br e
marcelo.doti@cps.sp.gov.br

RESUMO

O artigo aborda a temática do desemprego e suas divisões e consequências. De modo particular, o estudo aborda o desemprego de forma mais simples e resumida em grupos de pessoas diferentes, desde o sexo até a idade e o perfil profissional. Devido à crise econômica atual em consequência da pandemia da Covid-19, o desemprego vem sendo um dos assuntos mais comentados e motivo de grande preocupação da população, tendo em vista o alto número de pessoas desempregadas atualmente. Esse estudo tem o objetivo principal mostrar de forma mais clara os grupos mais afetados e suas consequências. Para abordar o tema foram conduzidas uma pesquisa bibliográfica e de campo que foi realizada de forma online respeitando todas as medidas de prevenção da Covid-19. Entre os resultados dessa pesquisa foi possível verificar que grande parte dos entrevistados não possui o ensino fundamental completo e a grande maioria alega ter desenvolvido problemas psicológicos em função da falta de emprego, além de causar danos sociais e físicos.

Palavras-Chave: desemprego, consequências, gestão de pessoas.

1 INTRODUÇÃO

Em 1980 houve uma reestruturação produtiva pelos países considerados mais avançados industrialmente, desde então novas visões e análises sobre o modo de gestão e produção vem sendo estudados, alguns modelos são utilizados até hoje como base em novas pesquisas. Esse período foi marcado pela substituição da produção artesanal (manufatura) pela indústria (maquinofatura), desde então o aumento no número de aquisições tecnológicas que substituem à mão de obra

humana se tornaram cada vez mais comuns, empregando cada vez menos trabalhadores.

Segundo Targino e Vasconcelos (2015) o setor formal do mercado de trabalho é aquele que possui algum tipo de contrato entre o empregador e o empregado, que pode ser firmado por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou do Estatuto do Servidor Público, já o setor informal entende-se como aqueles que são privados de condições básicas de trabalho e proteção social.

Devido à grande crise econômica que assola o país e os milhões de brasileiros desempregados vivendo em condições precárias, o desemprego vem sendo um dos assuntos mais comentados e os números que já eram preocupantes passaram a ser ainda maiores após o anúncio da pandemia da COVID-19.

Este trabalho apresenta como justificativa a análise do desemprego e sua distribuição entre os diversos grupos sociais em que se pode dividir a população economicamente ativa. As alterações podem ocorrer através de novas tecnologias nos processos produtivos, novos modelos de negócios e padrões de consumo. Visando analisar por sexo, idade, nível educacional, setor de atividade e todos os demais grupos de pessoas em que podemos classificá-las. Para que com base na análise da estrutura do desemprego e os dados obtidos seja possível entender de forma mais clara e abrangente em como o desemprego se encontra distribuído e os grupos mais afetados.

2 METODOLOGIA

Segundo (GIL 2007) o estudo explicativo busca identificar o que contribui para que o fenômeno ocorra, explicando o porquê do mesmo acontecer, ele aponta o método como o caminho para se chegar ao conhecimento novo. Com base nisso para realização deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas através de livros, artigos científicos e documentos acessados pela internet.

Com base nos temas abordados em nosso trabalho foram formuladas questões para realização de uma pesquisa realizada de forma online através da

plataforma *SurveyMonkey*, para que mediante a pandemia fossem cumpridas todas as medidas de segurança.

Os resultados foram obtidos através da resposta de cinquenta pessoas de todos os gêneros e faixa etárias para auxílio na conclusão de nosso trabalho

3 DESEMPREGO

3.1 DEFINICAO

Segundo a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego é classificado como pessoas em idade ativa que não estão exercendo nenhum tipo de trabalho, mas estão disponíveis para o mesmo.

3.2 TIPOS DE DESEMPREGO

- Desemprego Friccional: são pessoas que ficam sem trabalho, por um curto período, para que possam descobrir novas oportunidades ou a procura de seu primeiro emprego;
- Desemprego estrutural: é ocasionado por ofertas de trabalhos menores do que a demanda, pode ocorrer devido ao desencontro das habilidades exigidas pelos empregadores e as habilidades possuídas pelos candidatos a até mesmo pela modernização dos processos tornando os trabalhadores obsoletos;
- Desemprego Sazonal Ocorre devido a sazonalidade em algumas atividades econômicas como, por exemplo, a agricultura e o turismo, que ocorrem mudanças na demanda de empregos de acordo com a época do ano;
- Desemprego voluntário: É quando um indivíduo escolhe se dedicar aos estudos antes de ingressar no mercado de trabalho, ou se dedica aos afazeres de casa;
- Desemprego cíclico: Ocorrem mais em áreas rurais, como cortadores de cana que trabalham em condições precárias sem registros na maioria das vezes, podendo ser dispensados ao término da safra.

3.3 O DESEMPREGO NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA

Anunciada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) na data de 11 de Março de 2020, a pandemia da COVID-19 vem sendo enfrentada tornando-se um problema de saúde pública global. Uma das formas de se evitar a propagação do vírus é através do distanciamento social e rígidas formas de higienização. Com isso o mercado precisou se adequar com as novas exigências para que pudessem manter-se durante este período.

Devido à paralisação das atividades produtivas, os trabalhadores informais perderam o sustento e muitas empresas já começaram a demitir os empregados com carteira assinada para reduzir gastos. No período de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021 houve um recorde histórico de 14,4 milhões de pessoas em busca de emprego, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o índice de desemprego chegou a 14,4%, contra 11,6% no mesmo período do ano passado.

O pós-pandemia, segundo responsáveis pela economia do governo Federal, terá quatro desafios para o Brasil: desemprego, aumento da pobreza, o grande número de falências e a necessidade de mais eficiência na oferta de crédito. O diagnóstico está em documento da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia sobre os dados divulgados pelo IBGE, que indicam queda de 1,5% do PIB em relação ao último trimestre de 2019.

Os jovens são os maiores afetados em crises econômicas. A falta de experiência dificulta a inserção e permanência no mercado de trabalho e, em tempos de crise e pandemia, as perspectivas são ainda piores por conta do fechamento de setores não essenciais em que a grande maioria se encontra inserida (JOYCE; XU, 2020).

3.4 O DESEMPREGO E AS CONSEQUENCIAS SOCIAIS E PSICOLÓGICAS

A perda do emprego e suas consequências é objeto de estudo desde os anos 30. Segundo Lira e Weinstein (1985) o desempregado possui quatro fases do adoecimento psíquico. A primeira fase é onde o indivíduo busca soluções para a causa de seu desemprego, causando noites de insônia e mudanças no humor. A segunda fase é quando começa a fase de tristeza e início do isolamento. Na terceira

fase o indivíduo pode recorrer a vícios, como o alcoolismo. E a quarta e última fase é o momento em que há a deterioração da autoimagem do indivíduo, aumentando o isolamento.

O desemprego não causa apenas um problema com a economia do ser humano, mas ficar muito tempo longe das atividades laborais trazem também grandes problemas de autoestima. Ferrara, Acebal e Paganin (1976) definem a saúde mental como uma expressão de luta do ser humano diante de seus conflitos.

Em longo prazo o desemprego pode causar danos sociais, físicos e principalmente psicológicos, tais como:

- Depressão;
- Transtornos mentais leves;
- Diminuição da autoestima;
- Dificuldades cognitivas;
- Sentimento de frustração e insatisfação com a vida.

Coutinho e Graça (2004) destacam a importância em traçar um perfil do desempregado a fim de propor ações para que ele consiga trabalhar os sentimentos decorrentes da situação em que se encontram.

Cabe também refletir no papel dos profissionais da saúde que buscam intervir nas reações negativas causadas pelo desemprego, contribuindo desse modo para prevenir e amenizar os agravos à saúde física e mental ocasionados pela situação.

4 PERFIL DO PROFISSIONAL DESEJADO PELO MERCADO

A humanidade tem a necessidade de encontrar algo que defina sua existência, que faz com que ele acredite que tudo o que ele tem de suportar possui um sentido, e um propósito maior. Weber diz que uma das tarefas mais difíceis é fazer com que todas as atividades da vida de um grupo de humanos passem a seguir um só modo de ver e viver a vida. Contudo o que vale destacar é que esse tipo de ética foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Fazendo com

que as pessoas fossem conduzidas a fazer aquilo que elas pensavam que deveriam e não para o que elas realmente queriam

Entende-se que para uma compreensão da conduta do ser humano na sociedade moderna é preciso pensar sobre o que é uma sociologia de valores, pois é esse o ponto de partida.

Para Whyte a ética social é baseada principalmente em crer nas ideias e ações de um determinado grupo como fonte de criatividade, ou seja, ter a visão de que nesse grupo exista o caminho para alcançar aquilo que deseja.

Com base no crescimento da necessidade que o ser humano tem de ser bom naquilo que faz, algumas empresas também aumentam o nível de competências procuradas no trabalhador, procurando fatores além da capacidade humana, como por exemplo: trabalhar doze horas por dia, levar trabalhos para casa e no outro dia estar com sorriso no rosto e totalmente revigorado.

5 MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Conforme a ótica patriarcal, as mulheres deveriam corresponder às expectativas masculinas, elas eram educadas para exercer trabalhos domésticos, e até meados do século 20, a mulher não tinha liberdade de escolha profissional, devendo o marido autorizá-la a realizá-los.

Com a promulgação da Carta Magna de 1988, a proteção dos direitos das mulheres foi elevada, na medida em que este direito à igualdade foi tido como fundamental, tendo visto o artigo 3º, IV e 5º, I, deste dispositivo legal. E também foi por meio da Constituição Cidadã em que o trabalho passou a ser entendido como um direito social, tendo como base o artigo 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Mas segundo pesquisas realizadas pela OIT (Organização Internacional do trabalho) mulheres ganham somente 77% equivalente aos salários dos homens,

tanto em cargos menos qualificados quanto em diretoria ou gerência. Levando a crer que o Brasil levará cerca de 100 anos para igualar o salário de homens e mulheres.

Nesta perspectiva, sustentam Claudio Rogério Teodoro Oliveira e Tatiana Coutinho Pitta:

Tornar efetiva a proteção normativa existente significa optar pela concretização aos direitos assegurados à mulher em reconhecimento à desigualdade em relação ao homem, que ocasiona a alarmante situação de violência de gênero no país. Trata-se de verdadeira medida de acesso à justiça social para que a mulher seja alçada a um patamar de igualdade perante o homem nas relações sociais e domésticas.

Portanto, para a efetivação das leis é imprescindível uma melhor atuação do Estado por meio do Judiciário, a fim de que tenha melhores aplicações dos direitos humanos e trabalhistas.

6 REFUGIADOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Os pedidos de refúgio para o Brasil aumentaram em grande escala nos últimos dez anos, e o número de refugiados no nosso país vem crescendo cada vez mais. A grande maioria vinda da África e do Oriente Médio.

Mas apesar do Brasil ser um país receptivo ele não possui estrutura adequada para receber os refugiados. Principalmente pela crise econômica que o país enfrenta e pelo grande número de desempregados, fazendo com suas chances no mercado de trabalho sejam mínimas, visto que a maioria deles não apresentam boa escolaridade. E aqueles que possuem graduação não têm seus certificados validos em território brasileiro ou enfrentam grandes burocracias para conseguir validá-los. A matéria da *Folha de São Paulo*, apresentada a seguir, explicita esse contraste.

Entre os haitianos despejados, em meio a dezenas de analfabetos, Elysee Augustin, 37, e Jean Denis Alaime, 29, aparecem como exceções. Falam inglês, francês, espanhol,

português e creole, a língua nativa, e atuaram como intérpretes nas entrevistas da Folha com os colegas. Augustin é formado em sociologia e iniciou um mestrado em antropologia na República Dominicana, enquanto Alaime fez faculdade de engenharia industrial, também no país vizinho ao Haiti. (...) Há dez meses em São Paulo, ajuda os recém-chegados, iniciando-os no português e dando orientações sobre como regularizar a documentação e procurar trabalho. Ele disse que até já conseguiu um emprego, mas desistiu. “No Haiti, eu era sociólogo, mas aqui o máximo que consegui foi ser gerente do McDonald’s”, disse. Alaime também reclama. No Haiti era professor de línguas, mas no Brasil só conseguiu trabalhar como auxiliar numa empresa (VIANA, 2020)

Contudo, existe um programa chamado P.A.R.R. (Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados) que auxilia a recolocação dos refugiados no mercado de trabalho os dividindo de acordo com suas habilidades. E diversas companhias podem se cadastrar e escolher aqueles que se adequam melhor a vaga disponível.

E assim como o P.A.R.R. os refugiados podem contar ainda com a ajuda do Instituto Adus, que possui diversos programas para os refugiados nos segmentos de trabalhos e renda, criando currículos para os refugiados e mandando a diversas companhias. Disponibilizando também diversas palestras profissionalizantes e orientações jurídicas, a fim de ajudá-los a se familiarizarem melhor com a nova cultura e normas trabalhistas.

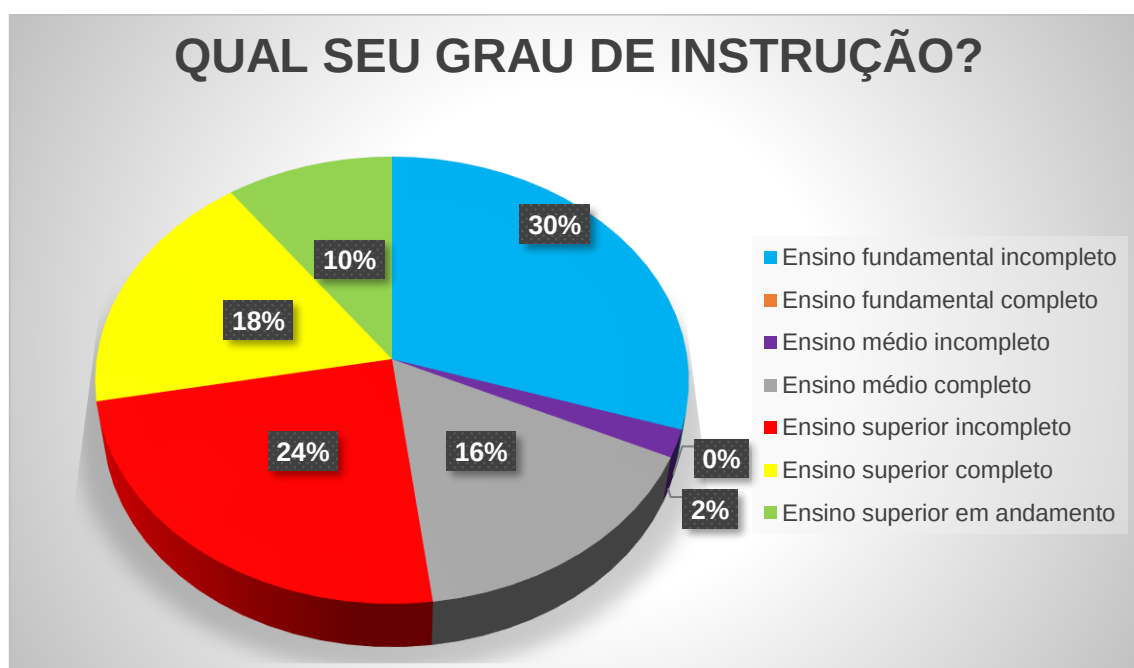
7 ESTUDO DE CASO

Para a identificação de possíveis fatores que tornam favorável ou desfavorável as oportunidades de emprego no país, realizou-se no dia 23 do mês de novembro de 2021, através da aplicação de questionário contendo 10 perguntas diretas, com as opções de resposta. Optou-se pela aplicação da pesquisa com 50 pessoas.

O questionário fora entregue individualmente para cada respondente. Os dados obtidos foram organizados, tabulados e analisados utilizando-se da porcentagem como medida matemática para medi-los estatisticamente e comparar os valores obtidos.

7.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Gráfico 1 – Grau de instrução dos entrevistados

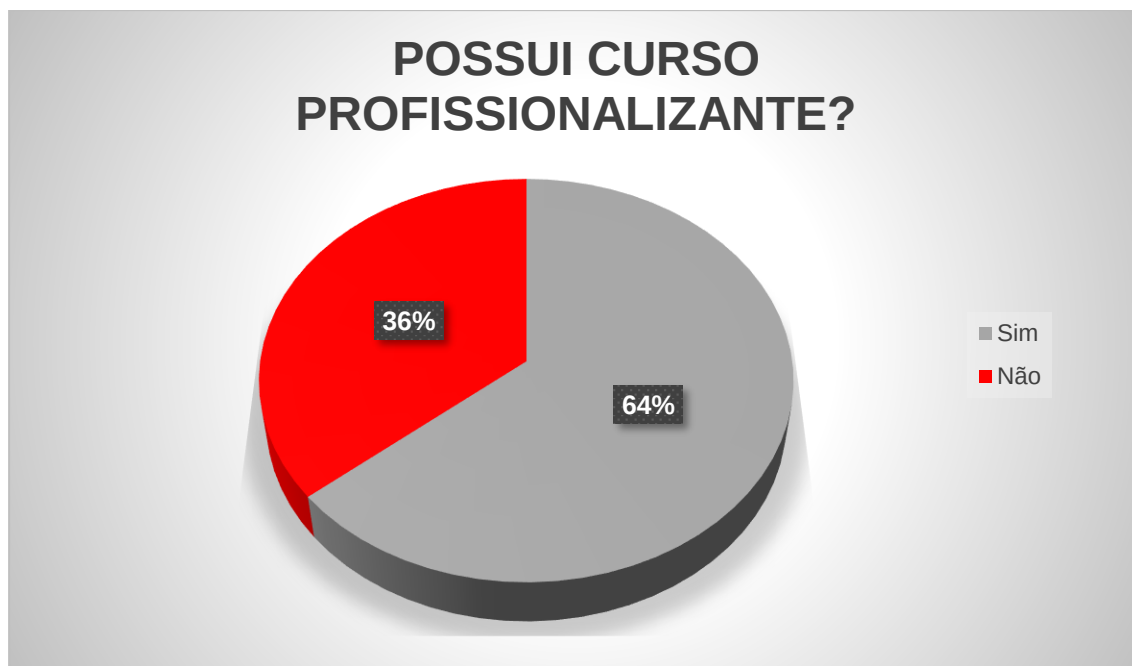


Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível analisar que em primeiro lugar, com 30%, temos o grupo de pessoas com ensino médio incompleto, e logo atrás com 24% vem o grupo de pessoas que deram início ao ensino superior, o trancando ou cancelando no caminho para a graduação.

Apresentando um alerta para o grande número de pessoas sem possuir o ensino básico e para o grande número daqueles que perdem a motivação para a finalização da graduação.

Gráfico 2 – Curso profissionalizante

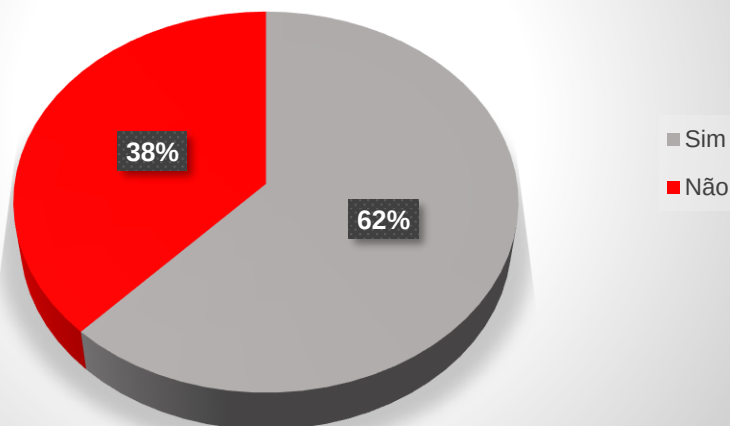


Fonte: Elaborado pelos autores.

Ganha destaque positivo na área, apresentando uma porcentagem de 64% para pessoas que procuram cursos profissionalizantes, mas ainda assim apresentando uma porcentagem alta para aqueles que não possuem.

Gráfico 3 – Algum dano psicológico causado pelo desemprego

A FALTA DE EMPREGO JÁ TE CAUSOU ALGUM PROBLEMA PSICOLÓGICO?

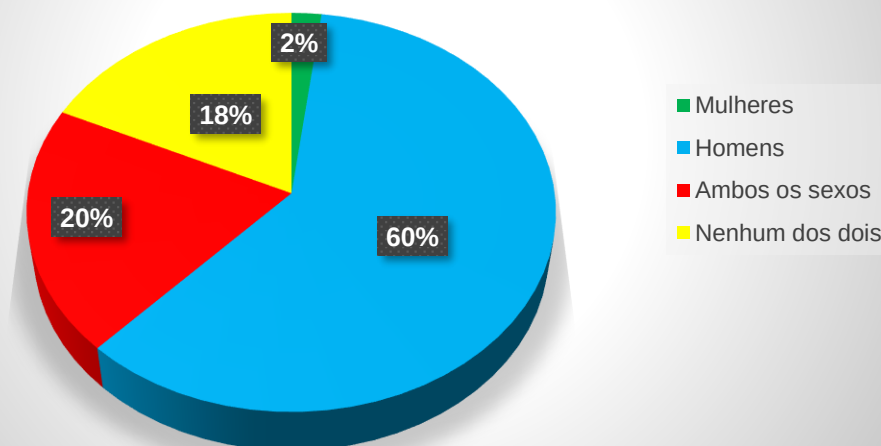


Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo 62% dos entrevistados a falta de emprego não os afetaram somente economicamente, mas também no desenvolvimento de problemas em sua saúde. Sendo a ansiedade e a depressão os mais citados entre eles.

Gráfico 4 – Mercado de trabalho mais acessível para homens ou mulheres

NA SUA OPINIÃO O MERCADO DE TRABALHO É MAIS ACESSÍVEL PARA:



Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível analisar que 60% dos entrevistados possuem a opinião de que o mercado de trabalho é mais acessível para o sexo masculino, e quando questionados, argumentaram que grandes indústrias preferem homens, por apresentarem maior força física e pelo fato de mulheres engravidarem, podendo prejudicar o processo trabalhista da empresa.

E logo atrás com 20%, possuem aqueles que acreditam que ambos os sexos possuem facilidade em encontrar emprego, usando como base o argumento da evolução mundial sobre a igualdade de gêneros no ambiente trabalhista.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido, busca mostrar de forma resumida, as várias formas de desemprego, como o friccional e o cíclico, e as causas do desemprego no meio populacional.

Percebemos nas pesquisas que o número de pessoas que não possuem nem mesmo o ensino fundamental é grande, causando uma preocupação, pela falta de qualificação escolar. Fazendo com que consequentemente no futuro o indivíduo não

tenha somente problemas financeiros, mas também psicológicos, pelas frustrações causadas pela falta de emprego.

A pesquisa também nos permitiu visualizar o quanto o preconceito ainda é instalado com grande peso na sociedade, refletindo em faltas de oportunidades empregatícias para várias áreas populacionais no Brasil, tratando-se de um impedimento da verdadeira aplicação dos direitos humanos e trabalhistas, nos fazendo refletir sobre as políticas adotadas na inclusão do indivíduo como ser ativo da sociedade.

Por fim, concluímos que, o país enfrenta uma grande luta contra o desemprego, mas mais ainda para a inclusão das minorias nos meios profissionais, causando assim um maior número de desempregados no decorrer dos anos. Contudo é visível que o governo apesar da crise deve elevar os recursos, pensando em investimentos para o aumento da qualidade de vida da população, pois com um foco voltado a isso é possível que haja um avanço na economia do país, causando a longo prazo o aumento significativo no PIB e a retomada do crescimento dos empregos.

REFERÊNCIAS

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e Desemprego no Brasil. **Scielo Brasil**, 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/>>. Acesso em: 02 de Out. de 2021

FELIX, Célia. O Desemprego e as Consequências Sociais e Psicológicas. **Psicologia 4U**. Disponível em <<http://www.psicologia4u.com/o-desemprego-e-as-consequencias-sociais-e-psicologicas/>>. Acesso em: 15 de Outubro de 2021

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTEIRO, Janine Kieling; PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto. Refletindo Sobre o Desemprego e Agravos à Saúde Mental. **Portal de revistas da USP**. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25799>>. Acesso em: 13 de Julho de 2021.

NEVES, Daniel; SOUSA, Rafaela. Revolução Industrial. **Brasil Escola** . Disponível em<<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-industrial.htm>>. Acesso em: 02 de Out. de 2021.

OLIVEIRA, Gisely. Avaliação de Desempenho com foco em competências – Perspectiva Comportamental dos Recuperadores de Ativos Bancários. Disponível em <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Gisely%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 24 de Agosto de 2021.

RODRIGUES, Gilberto. Dignidade e Oportunidades Para um Novo Começo. **ADUS**. Disponível em <<https://adus.org.br/o-adus/blog/>>. Acesso em: 16 de Setembro.

SAMPARO, Ana Julia Fernandes; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. Os direitos da Mulher no Mercado de Trabalho: Da Discriminação de Gênero à Luta Pela Igualdade. **Revista Direito em debate**. Disponível em<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7233>>. Acesso em: 05 de Setembro de 2021.

VASCONCELOS, E. A. S. de, & TARGINO, I. (2015, janeiro/ junho). Informalidade no mercado de trabalho brasileiro (1993-2013). **Revista da Abet**, 14(1), 141- 161. Disponível em<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25705/1388>>. Acesso em: 02 de Out. de 2021

VIANA, André Rego. A Midiatização do Refúgio no Brasil. **IPEA**. Disponível em <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10194/1/RefugiadosMercaTrabaBrasil.pdf>>. Acesso em: 06 de Outubro de 2021.